

Governo bloqueará R\$ 1,7 bilhão

DE BRASÍLIA

O Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) anunciou ontem a necessidade de bloqueio de R\$ 1,7 bilhão em despesas discricionárias do Orçamento federal para cumprir a regra do teto de gastos, após uma revisão no volume de despesas que teve um aumento da projeção em R\$ 24,2 bilhões.

Os dados constam no Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas, que orienta a execução do Orçamento e é publicado a cada dois meses.

“O detalhamento do bloqueio de R\$ 1,7 bilhão será discriminado no dia 30 quando da publicação do

decreto de programação”, afirmou ontem o secretário de Orçamento Federal, Paulo Bijos.

Os últimos meses registraram uma elevação nas despesas, puxadas principalmente pelos impactos do novo valor do salário mínimo, que passou para R\$ 1.320 desde o dia 1º de maio, incidindo sobre benefícios previdenciários, seguro desemprego, abono, entre outros.

A pasta também citou R\$ 3,9 bilhões de repasses para estados e municípios a partir da sanção da Lei Paulo Gustavo, que destinou recursos para o setor cultural, além da complementação do piso nacional da Enfer-

magem. Esses bloqueios poderão ser revertidos mais adiantes com mudanças nas estimativas de receitas e despesas.

Esses números revertiram a folga de R\$ 13,6 bilhões no teto de gastos que havia sido apresentada no relatório anterior. A regra do teto deverá ser substituída por uma nova regra fiscal.

O teto seria estourado neste ano, mas a PEC da Transição, promulgada no fim do ano passado, retirou do limite de gastos R\$ 145 bilhões do Bolsa Família e até R\$ 23 bilhões em investimentos, caso haja excesso de arrecadação. (EC)